COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ - CDC
Comitê de Auditoria – COAUD

Ata da 2ª Reunião Ordinária do Comitê de Auditoria – COAUD

O Comitê de Auditoria esteve reunido na sede da Companhia Docas do Ceará no dia 08/05/2019, de 8 às 17h, com intervalo de 12 às 13h, com a presença dos membros Danielle Silva Tavares, Alfeu de Paula Fernandes e Edgar Francisco Ribeiro Júnior, o comitê passou ao exame do item da pauta.

1 - Emissão de parecer ao CONSAD relativo ao item a.1 da Ata da 124ª AGE e 53ª AGO da Companhia Docas do Estado do Ceará -

“... votaram: a) pela não aprovação do Relatório Anual da Administração da CDC e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2018, conforme orientação da STN, devendo a administração da Companhia submeter novamente a matéria à deliberação da Assembleia de Acionistas, após sanar os seguintes pontos: a.1) anular os efeitos positivos do registro de *deemed cost* no BP, PL e demais demonstrativos, pelos motivos expostos nos parágrafos 19 à 21 do Parecer da STN, observados todos os efeitos tributários que possam advir desses ajustes;”

Nosso parecer se restringe a apreciação das considerações contidas nos parágrafos 19 a 21 do PARECER SEI Nº 24/2019/GESET/COPAR/SUPEF/STN/FAZENDA-ME, entendendo que a Companhia Docas do Ceará, só poderia ter adotado este procedimento *deemed cost* no ato da adoção integral dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, no exercício de 2010, quando passou a registrar em notas explicativas a adesão.

2 - PARECER COAUD:

A opção pela avaliação no exercício de 2018, se deu em virtude da constatação de fato relevante ocorrido entre 2016 e 2017, pela transferência do valor do Terminal Marítimo de Passageiros – TMP da conta de Imobilizado em Andamento para o Ativo Imobilizado, que passou a representar 70% do total de Ativo Imobilizado da Companhia. No período de 2009 à 2017 a Companhia não contabilizou nenhuma reavaliação do imobilizado tangível.

Considerando o disposto nas Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC e o CPC: NBC TG 37 (R4), NBC TG 27 (R4) e ICPC 10 – Interpretação sobre a aplicação inicial ao Ativo Imobilizado emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade, entendemos com base nessas revisões, em específico a da

NBC TG 27 (R4), que sofreu sua última revisão em novembro de 2017 e tem seus efeitos considerados a partir de janeiro de 2018, ser possível a utilização da avaliação denominada *deemed cost*.

Com base no Laudo – Avaliação e Teste ao Valor Recuperável de Bens - 2018, observa-se que o preço do imobilizado ajustado (R\$ 20.407.133,96) reflete um valor justo e inferior ao valor futuro gerado com base no fluxo de caixa projetado ou em decorrência de venda - valores recuperáveis - assim, o ativo não circulante e o patrimônio líquido não estão superavaliados.

Quanto ao reflexo tributário decorrente da avaliação *deemed cost*, entendemos ser **nulo**, transcrevemos abaixo a Solução de Consulta nº 17 – Cosit, de 20/03/2018.

“Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL

Ementa: CONSULTA CONHECIDA EM PARTE. ADOÇÃO DO VALOR JUSTO COMO CUSTO ATRIBUÍDO (“DEEMED COST”) DO ATIVO IMOBILIZADO. NEUTRALIDADE FISCAL DOS AJUSTES.

Por via de regra, os ganhos e perdas de avaliação a valor justo não repercutirão efeitos tributários, desde que atendidas as exigências constantes dos arts. 13 e 14 da Lei nº 12.973, de 2014, regulamentados pelos arts. 97 a 104 da Instrução Normativa RFB nº 1.700, de 2017.

Dispositivos Legais: Lei nº 6.404, de 1976, arts. 177, 182 e 183, e alterações posteriores; Lei nº 11.638, de 2007, art. 6º.”

Nada mais havendo a tratar o Comitê encerrou a Reunião às 17h, foi lavrada a presente ata que lida e achada conforme, foi assinada por todos.

Fortaleza, 08 de Maio de 2019

Danielle Silva Tavares
Presidente

Alfeu de Paula Fernandes
Membro

Edgar Francisco Ribeiro Júnior
Membro